

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.907.799/0001-92
Belo Horizonte - MG

Sá Carvalho S.A.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto Resultado por lote de mil ações)

	Nota	2014	2013
RECEITA.....	14	57.014	58.920
CUSTOS OPERACIONAIS	15		
Custos com energia elétrica		(30.638)	(1.058)
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE.....		(30.638)	(1.058)
Custos de operação			
Pessoal.....		(1.357)	(1.363)
Participação dos Empregados.....		(192)	(252)
Materiais.....		(472)	(291)
Serviços de Terceiros.....		(2.856)	(2.875)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.....		(1.389)	(1.747)
Seguros.....		(43)	(49)
Depreciação.....		(5.492)	(5.536)
Outras.....		(100)	(296)
		(11.901)	(12.409)
CUSTO TOTAL		(42.539)	(13.467)
LUCRO BRUTO		14.475	45.453
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas Gerais e Administrativas.....		(135)	(260)
Outras Despesas Operacionais.....		(238)	(1.265)
		(373)	(1.525)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		14.102	43.928
Receitas Financeiras.....	16	3.493	1.899
Despesas Financeiras.....	16	(353)	(296)
		3.140	1.603
Resultado antes dos Impostos		17.242	45.531
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes..	17	(5.956)	(15.678)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos..	17	1.054	1.353
RESULTADO DO EXERCÍCIO		12.340	31.206
RESULTADO POR LOTE			
DE MILAÇÕES - RS.....		34,16	86,40

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	12.340	31.206
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO.....	12.340	31.206

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício.....	12.340	31.206
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação.....	5.492	5.537
Baixa líquida Imobilizado.....	-	1.390
Imposto Renda e Contribuição Social.....	4.902	14.325
Receitas Financeiras Oriundas de Títulos e Valores Mobiliários.....	(3.474)	-
Provisões.....	19.260	52.451
(Aumento) Redução de Ativos.....		
Consumidor e Revendedores.....	1.784	(2.398)
Tributos Compensáveis.....	(54)	(56)
Outros Créditos.....	136	(2)
Depósitos vinculados a Litígio.....	(7)	10
	1.859	(2.446)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores.....	7.631	(64)
Salários e Contribuições Sociais.....	21	9
Impostos, Taxas e Contribuições Sociais.....	(395)	304
Encargos regulatórios.....	1.156	1.910
Outras Obrigações.....	(39)	98
	8.374	2.257
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.493	52.262
Imposto Renda e Contribuição Social pagos.....	(16.437)	(14.413)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.056	37.849
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos.....	(15.392)	(34.356)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(15.392)	(34.356)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários.....	3.694	(1.330)
No Imobilizado.....	(1.537)	(850)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.157	(2.180)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(179)	1.313
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício.....	7.114	5.801
No fim do exercício.....	6.935	7.114
	(179)	1.313

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. ("Companhia" ou "Sá Carvalho"), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho através da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias - Minas Gerais. A Companhia é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"). Em 15 de dezembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a APERAM INOX AMERICA DO SUL, para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela empresa em Timóteo - Minas Gerais.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho, a qual foi concedida em 1º de dezembro de 1994, com validade até 1º de dezembro de 2024.

A Companhia mantém convênios com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") para serviços de gestão e consultoria.

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$3.955. Esse excesso decorre, principalmente, do dividendo adicional proposto pela Administração da Companhia, sendo que não há determinação do prazo para pagamento prevista no Estatuto Social.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade e Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Em 24 de abril de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Consumidores (contas a receber não faturado);
- Nota 8 - Depreciação;
- Nota 17 - Imposto de renda e contribuição social;
- Nota 10 - Provisões.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

CPC 01 / IAS 36 - Impairment de ativos - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46- Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos - Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 - evidenciada na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de impairment para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumento ou decasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Na data destas Demonstrações Financeiras não são esperados impactos relevantes na adoção destes pronunciamentos.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangem TVM.

Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa e Equivalente de Caixa e Consumidores e Concessionários e Permissonários.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, classificados como recebíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Passivos financeiros não derivativos - os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social - ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo.

b) Consumidores

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissonários são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

c) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Em 2010 a Companhia procedeu a avaliação dos seus ativos de geração, em atenção à Interpretação Técnica ICPC 10. Em decorrência da adoção do custo atribuído a Companhia reconheceu um aumento de despesa com depreciação.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.

d) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

f) Receita

As receitas de fornecimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como reduções do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.